



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 461/87

A Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte

L E I :

Súmula: autoriza o Executivo Municipal a firmar com a Fundação Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - FITCF -, Termo de Comodato, para implantação de Viveiro-Florestal, e dá outras providências.

- Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar termo de " Comodato ", com a Fundação Instituto de Terras, Cartografia e Florestas -FITCF - CGC Nº 75.110.221.0001-11-, com efeito ao imóvel caracterizado como / lote de terras nº 5=B=1= (cinco-B-um), com a área de 13.847,87m2, situado na gleba Pindaúva, Secção=C=, 2ª parte, de propriedade do Município, conforme se verifica pela Matrícula nº 18.462 do Registro Ge-ral de Imóveis da Comarca de Ivaiporã - Paraná.
- Art. 2º - No imóvel objeto do " COMODATO ", o Comodatário obriga-se a realizar, tão somente, obras que se destinem à implantação, manutenção e conservação de um " viveiro-florestal ".
- Art. 3º - O prazo do comodato a ser estabelecido, será de 10 (dez) anos, a contar-se da data da lavratura do instrumento competente, podendo ser prorrogado tantas vezes quantas necessárias sejam, desde que haja interesse e acordo entre o Comodante e o Comodatário.
- Art. 4º - Encerrado o prazo do Comodato e não mais existindo acordo ou interesse para a sua prorrogação, o Comodatário poderá retirar do imóvel, todas as benfeitorias que nele tenha realizado.
- Parágrafo Único - As demais disposições relacionadas com direitos e obrigações do Comodante e Comodatário, serão estipuladas e mencionadas no termo competente de instituição do referido Comodato.
- Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ivaiporã

Lido em sessão realizada em

Em 22 / 05 / 87

[assinatura]
[rubrica]

CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO em
1ª discussão p/ unanimidade de votos.
Em 22 / 05 / 87

Ata(s) n.º 3404

Diretor de Secretaria

CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO em 2ª discussão
p/ unanimidade de votos.
Em 25 / 05 / 87

Ata(s) n.º _____

Diretor de Secretaria

CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO em 3ª discussão
por unanimidade de votos.
Em 25 / 05 / 87

Ata(s) n.º _____

Diretor de Secretaria

por
unanimidade
de votos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 461/87

fls. 2

J U S T I F I C A T I V A

Exmo. Sr. Presidente :

Nobres Vereadores :

O objetivo do presente projeto de lei, é obter a competente autorização desse Legislativo Municipal, a fim de que possa mos firmar com a FUNDAÇÃO, INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS-FITCF-Termo de Comodato, sobre o imóvel de propriedade do Município e caracterizado como lote nº 5=B=1= (cinco=B=um), com a área de 13.847,87m2, situado na gleba Pindaúva, Secção=C=, 2ª parte, onde implantar-se-á um viveiro florestal.

Desnecessário se torna outros esclarecimentos a respeito da importância de um " viveiro florestal ", como meio e fonte de / equilíbrio da natureza através da restauração de nossas espécies florestais.

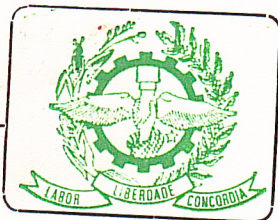
Diante do exposto e em razão do FITCF, preten der produzir aproximadamente 600.000 mudas florestais, por ano, cremos que o estabelecimento do COMODATO será de funtamental importância para este Municí pio e região.

Assim sendo, esperamos poder contar com o ele vado apoioamento dessa Edilidade e que poderá ser representada através da apro vação da presente mensagem.

Paço Municipal 19 DE NOVENBRO, XXV DA INSTALA ÇÃO, Gabinete do Prefeito, aos treze dias do mês de maio do ano de mil novecen tos e oitenta e sete.

Flávio Pereira Teixeira

Prefeito Municipal



Câmara de Vereadores de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

FONE: 72-1644

COMISSÕES PERMANENTES

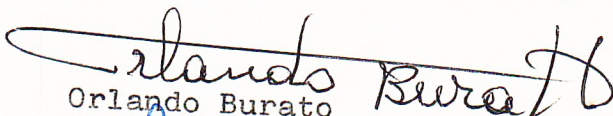
PROJETO DE LEI Nº 461/87

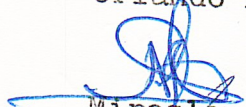
Súmula: autoriza o Executivo Municipal a firmar com a Fundação Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - **FITCF** -, Termo de Comodato para implantação de Viveiro-Floretal, e dá outras providências.

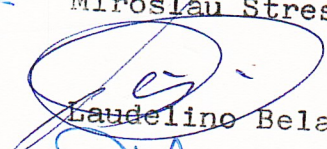
As Comissões Permanentes em conjunto, examinando o presente projeto de Lei, constataram ser o mesmo lógico, redigido dentro das regras e normas gramaticais e sobre tudo - constitucional.

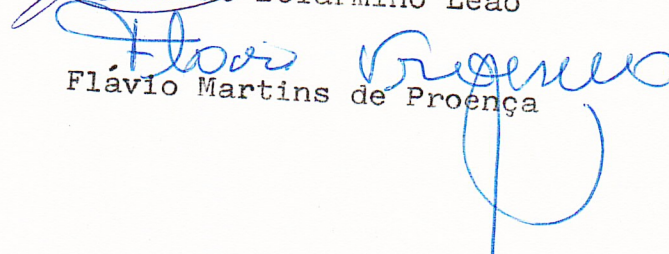
Em face do apurado no conteúdo do Projeto de Lei, emitem parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Ivaiporã, - aos vinte dias do mês de maio do ano de mil, novecentos e oitenta e sete.


Orlando Burato


Miroslau Stresser


Laudelino Belarmino Leão


Flávio Martins de Proença



DECLARAÇÃO DE INTERESSE

Declaro que sou interessado no

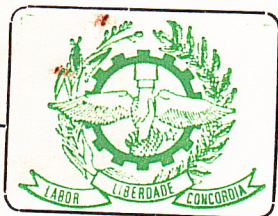
processo de concessão de licença para exploração de
minas de ouro e de cobre, situadas no concelho de
Lousada, freguesia de Lousada, paróquia de Santa Maria da
Assunção, com o nome de "Lousada".

Declaro ainda que sou proprietário de uma parcela de terreno
situada no concelho de Lousada, freguesia de Lousada, paróquia de
Santa Maria da Assunção, com o nome de "Lousada", e que esta
parcela é necessária para a exploração das minas referidas.

Declaro, por fim, que sou proprietário de uma parcela de terreno
situada no concelho de Lousada, freguesia de Lousada, paróquia de
Santa Maria da Assunção, com o nome de "Lousada", e que esta
parcela é necessária para a exploração das minas referidas.

Assinado e rubricado por

Em Lousada, a 10 de Maio de 1961.



Câmara de Vereadores de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

FONE: 72-1644

EDITAL Nº 04/87


A Presidente da Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

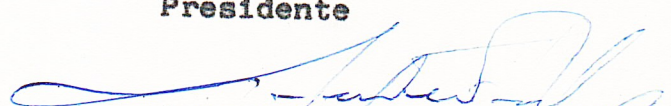
RESOLVE:

Convocar os senhores VEREADORES desta Câmara, em atendimento ao ofício nº 235/87, do Ex. Prefeito Municipal, para duas reuniões extraordinárias, a terem lugar a primeira no próximo dia 22, às 15:00 horas e a outra na segunda-feira, dia 25 do fluente mês, logo após a reunião ordinária deste Poder Legislativo, em cujas reuniões serão tratados especificamente os assuntos referentes a apreciação

- a) PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, referente ao exercício de 1984;
- b) PROJETO DE LEI Nº 461/87 - Súmula: autoriza o Executivo Municipal a firmar com a F.I.T. C.F., termo de comodato, para AMPLANTAÇÃO de viveiro-florestal, e dá outras providências.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Ivaiporã, aos vinte dias do mês de maio do ano de mil, novecentos e oitenta e sete.


Maria das Graças Rocha de Moraes
Presidente


Augusto Martins de Andrade



1947

1. O presente é o relatório do Juiz de Direito do Município de São Paulo, referente ao ano de 1947, conforme o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

1947

1. O presente é o relatório do Juiz de Direito do Município de São Paulo, referente ao ano de 1947, conforme o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

2. O presente é o relatório do Juiz de Direito do Município de São Paulo, referente ao ano de 1947, conforme o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

3. O presente é o relatório do Juiz de Direito do Município de São Paulo, referente ao ano de 1947, conforme o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

4. O presente é o relatório do Juiz de Direito do Município de São Paulo, referente ao ano de 1947, conforme o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

5. O presente é o relatório do Juiz de Direito do Município de São Paulo, referente ao ano de 1947, conforme o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

6. O presente é o relatório do Juiz de Direito do Município de São Paulo, referente ao ano de 1947, conforme o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

7. O presente é o relatório do Juiz de Direito do Município de São Paulo, referente ao ano de 1947, conforme o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

8. O presente é o relatório do Juiz de Direito do Município de São Paulo, referente ao ano de 1947, conforme o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

9. O presente é o relatório do Juiz de Direito do Município de São Paulo, referente ao ano de 1947, conforme o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

10. O presente é o relatório do Juiz de Direito do Município de São Paulo, referente ao ano de 1947, conforme o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Assinado e rubricado pelo Juiz de Direito do Município de São Paulo.